

---

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0002970-17.2011.2.00.0000****Requerente:** Emerson Correa Duarte**Interessado:** Ana Maria de Sousa Silva**Requerido:** Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**Advogado(s):** SP212144 - Emerson Correa Duarte (REQUERENTE)

---

**VOTO**

Inicialmente, deixo de apreciar o pleito formulado pela interessada no Evento 37 (INF12) - numa espécie de pedido contraposto -, atinente à anulação das portarias que designaram o requerente como tabelião interino de duas serventias que estavam sob responsabilidade da primeira, em virtude da inadmissibilidade da via eleita.

A matéria, embora tangencie a questão posta nestes autos, é diversa de seu objeto, a postulante não é parte, mas mera interessada, e o meio utilizado é inadequado, devendo sua pretensão, se assim desejar, ser deduzida em procedimento autônomo.

Assim, deixo de conhecer do referido pedido.

No mérito, em que pese este Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deter a missão constitucional estratégica de definir balizas orientadoras do Poder Judiciário para controlar a legalidade dos atos emanados de seus órgãos e agentes, não está autorizado a substituir os Tribunais em suas atribuições constitucionais, estabelecendo, por exemplo, regras de organização judiciária (art. 96, II, “d”, CF/88).

Neste caso, tenho que eventual deliberação deste Conselho no sentido de compelir o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) a desmembrar, acumular ou extinguir serventias infringiria sua autonomia. Assim, a menos que se evidenciasse alguma ilegalidade perpetrada pelo requerido, não caberia a interferência deste Conselho na reorganização dos seus serviços judiciais ou extrajudiciais, a exemplo, inclusive, do que já decidiu esta Casa, conforme explicita o seguinte precedente:

*“PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS. PRETENSÃO DE QUE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA CRIE NOVAS SERVENTIAS. LEI ESTADUAL QUE CRIA CRITÉRIOS PARA A*

*CRIAÇÃO, FUSÃO E DESMEMBRAMENTO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO E APENAS FACULTA AO TRIBUNAL A CRIAÇÃO DE NOVOS CARTÓRIOS SEGUNDO ESSES CRITÉRIOS. INTERESSE PESSOAL DO REQUERENTE. AUSÊNCIA DE QUALQUER IRREGULARIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.*

*“A só pretensão de viabilizar meios de obter a delegação de serventia judicial não justifica nem autoriza a intervenção do CNJ para determinar a criação de novas serventias, se nenhuma irregularidade, ilegalidade ou omissão foi demonstrada” (CNJ – PP 1424 – Rel. Cons. Rui Stoco – 47ª Sessão – j. 11.09.2007 – DJU 27.09.2007).*

*Impor a acumulação das serventias ao Tribunal configura evidente invasão de sua autonomia, o que já foi reiteradamente rechaçado pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça. É assente o entendimento de que o controle realizado por este Conselho deve alinhar-se ao princípio da preservação da autonomia dos Tribunais, consoante se depreende da leitura do seguinte julgado:*

*Processo Administrativo Disciplinar. Avocação pelo CNJ. Preservação da autonomia dos Tribunais.*

*“Não cabe ao CNJ imiscuir-se em toda e qualquer questão administrativa na órbita dos Tribunais, sob pena de ampliar suas funções constitucionais de controle e planejamento e ferir de morte a autonomia dos demais órgãos do Poder Judiciário, garantida pela Constituição Federal. Pedido indeferido, sem prejuízo de sua renovação na superveniência de quadro fático justificador” (CNJ – PCA 620 – Rel. Cons. Antonio Umberto de Souza Júnior – 54ª Sessão – j. 18.12.2007 – DJU 08.02.2008).*

A toda sorte, o pleito formulado pelo requerente diz respeito à competência do requerido para a prática de ato discricionário, e que, portanto, só admite a interferência deste Conselho em caso de afronta à legalidade, o que, segundo entendo, não restou evidenciado.

Afora essa circunstância, e ressalvadas outras hipóteses excepcionais, tenho que esta Casa não pode estabelecer como regra a reanálise do mérito administrativo dos atos praticados pelos tribunais estaduais, com esteio em razões de conveniência e oportunidade.

Ademais, no caso dos autos, durante o curso do procedimento, o próprio Tribunal requerido atendeu administrativamente parte do pedido deduzido pelo requerente e o nomeou como titular de outras duas serventias extrajudiciais, esvaziando consideravelmente o objeto deste feito.

Tanto assim que, em inovação do pedido, o postulante agora requer a extinção de outra serventia, com a única alegação de que *“a redistribuição seria para dar uma renda justa ao concursado, ora demandante, mas infelizmente isso ainda não aconteceu”*, pois *“todos os serviços de notas permaneceram com o 2º ofício, não alterando a renda do concursado”*.

Ainda que se pudesse desconsiderar o fato de tal pleito ter sido formulado posteriormente, o fato é que, sem adentrar em discussões metajurídicas a respeito da questão financeira, a extinção do tabelionato indicado afigura-se inviável pela mesma razão declinada para justificar a impossibilidade da redistribuição, de ofício, de serventias judiciais ou extrajudiciais por este Conselho Nacional de Justiça.

Destarte, considero que não foi comprovada a prática de ato ilegal imputável ao TJMG que possa justificar a intervenção deste Conselho Nacional de Justiça, e não vislumbro *in casu* razões jurídicas que

pudessem autorizar o controle de oportunidade e conveniência, que só pode ocorrer em casos excepcionais, por malferimento da proporcionalidade, moralidade ou razoabilidade.

Com essas considerações, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado pelo requerente tendente à redistribuição das serventias extrajudiciais da comarca de Jacuí/MG, em virtude da anuência do requerido, que já o nomeou tabelião interino de duas das serventias indicadas, mas RECOMENDO ao TJMG que avalie, à luz do interesse público, o pedido de extinção do 2º Tabelionato de Notas, pelos fatos e fundamentos noticiados na peça de ingresso.

É como voto.

**BRUNO DANTAS**  
**Conselheiro**

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por BRUNO DANTAS em 03 de Março de 2012 às 14:11:14

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:  
9ed5a4666786d5f442aa599a0a347fb9



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**28/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**30/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**30/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**28/03/2014 00:00:00**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **440688**



12031215482800000000000439980